

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.448 - SP (2019/0140467-0)

AGRAVANTE : AGRO NIPPO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ADVOGADOS : SÉRGIO RICARDO NUTTI MARANGONI - SP117752
EDUARDO PEREZ SALUSSE - SP117614
LUIZ HENRIQUE VANO BAENA - SP206354
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : RAQUEL DÉBORA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP118946

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por AGRO NIPPO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, a Fazenda Estadual apresentou execução fiscal objetivando a cobrança de suposto débito de Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias - "ICMS/SP", consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa n. 1.215.709.163, relativamente ao período de apuração de abril de 2016, feito executivo que restou impugnado pelo contribuinte por meio da interposição de exceção de pré-executividade.

Após decisão proferida pelo juízo monocrático que acolheu parcialmente a exceção de pré-executividade apresentada pelo contribuinte, permitindo a exclusão do excesso financeiro consubstanciado na cobrança de juros acima da taxa SELIC, foi interposto agravo de instrumento pelo contribuinte, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ficando consignado o entendimento de que (i) a alteração do índice de juros da certidão de dívida ativa não constitui nulidade do referido título executivo extrajudicial e que (ii) o acolhimento parcial da exceção de pré-executividade, que permitiu o decote de parcela do montante executado, não enseja no arbitramento de verba honorária em favor do contribuinte. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

DIREITO PÚBLICO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PARCIALMENTE ACOLHIDA PARA EXCLUIR EXCESSO RELATIVO AOS JUROS CONFORME LEI ESTADUAL Nº 13.918/2009 - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA AUTORA - ALEGADA NULIDADE DA C.D.A. - PRETENDIDA CONDENAÇÃO DA EXCEPTA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INADMISSIBILIDADE - Conquanto reconhecida a necessidade de correção da taxa de juros, não se configura nulidade do título, importando somente a adequação do seu valor - Precedentes desta C. Câmara Julgadora - Descabimento de condenação em honorários advocatícios, pois o parcial acolhimento da exceção de pré-executividade não implicou na extinção da execução, mas apenas em redução do valor perseguido - Precedentes - Agravo desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, AGRO NIPPO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 2º da Lei n. 6.830/1980; 202 e 203 do Código Tributário Nacional e 85, 783 e 803 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que (i) a modificação do índice de juros constante na certidão de dívida ativa constitui nulidade do título executivo e que (ii) é devida a condenação da Fazenda Estadual em honorários sucumbenciais, tendo em vista o acolhimento parcial da exceção de pré-executividade apresentada pelo contribuinte.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Primeiramente, com relação à necessidade de reconhecimento da nulidade da CDA em decorrência da alteração do seu índice de juros, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que é possível modificar o aludido título executivo quando envolver simples operação aritmética, como é o caso da determinação judicial de utilização da Taxa SELIC ao invés do índice de juros previsto na Lei Estadual n. 13.918/2009. *In verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO LOCAL QUE DISCIPLINOU A TAXA DE JUROS. DECOTE DO EXCESSO. SIMPLES OPERAÇÃO ARITMÉTICA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA MANTIDA EM RELAÇÃO AO SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015, o julgado recorrido não padece de nenhum dos vícios elencados no referido dispositivo legal, porquanto decidiu fundamentadamente a questão trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte. 2. O STJ possui entendimento de que é possível alterar a Certidão de Dívida Ativa quando envolver simples operação aritmética, fazendo-se no título que instrui a Execução Fiscal o decote da majoração indevida.

3. Hipótese em que o Tribunal de origem, após acolher a tese de inconstitucionalidade da Lei Estadual 13.918/2009, determinou a substituição da taxa de juros nela prevista pela utilização exclusiva da SELIC, mantendo o

Superior Tribunal de Justiça

reconhecimento de que foram preenchidos os demais requisitos de validade da CDA, em conformidade com o art. 202 do CTN e o art. 2º, § 5º, da LEF.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1701882/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 19/12/2017)

TRIBUTÁRIO. IPTU. ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS. INCONSTITUCIONALIDADE. VALOR DEVIDO COM BASE NA MENOR ALÍQUOTA. DECOTE NA CDA. POSSIBILIDADE. CÁLCULOS MERAMENTE ARITMÉTICOS.

1. O STJ possui entendimento de que é possível alterar a Certidão de Dívida Ativa quando envolver simples operação aritmética, fazendo-se no título que instrui a Execução Fiscal o decote da majoração indevida.

2. Hipótese em que, em Embargos à Execução, o Tribunal de origem reconheceu a inconstitucionalidade da cobrança do IPTU com alíquotas progressivas e considerou a exação devida com base na menor alíquota.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 315.558/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 06/12/2013).

Por outro lado, no que concerne à possibilidade de fixação de verba honorária, cumpre destacar que, mediante a mera leitura do v. acórdão recorrido, bem como da decisão proferida pelo juízo singular, percebe-se que o Tribunal de origem manteve o acolhimento parcial da exceção de pré-executividade apresentada pelo contribuinte, acarretando na modificação, para menor, do índice de correção monetária do débito executado.

Nesse contexto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é dominante no sentido de que o acolhimento parcial da exceção de pré-executividade dá ensejo à condenação de verba honorária proporcional à parte excluída do feito executivo que, no caso dos autos, é a diferença entre a atualização do débito realizada pelo índice de correção estipulado pelo Tribunal de origem (SELIC) e aquele anteriormente aplicado pela exequente (previsto na Lei Estadual n. 13.918/2009). Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXCEÇÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. AUSÊNCIA DE EXTINÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO FEITO EXECUTIVO FISCAL.

1. Na hipótese dos autos, a Corte de origem negou provimento ao recurso por entender que não houve extinção (parcial ou total) da execução fiscal e que "a verba honorária só deverá ser fixada em exceção de pré-executividade se do julgamento desta decorrer a extinção do feito executivo, ainda que parcialmente".

2. A conclusão alcançada pelo Tribunal a quo não destoia do entendimento pacificado nesta Corte Superior, segundo o qual é cabível a fixação de honorários de sucumbência quando a Exceção de Pré-Executividade for acolhida para extinguir total ou parcialmente a execução, em homenagem aos princípios da causalidade e da sucumbência.

3. Estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento do STJ, não merece prosperar a irrisignação quanto à aventada divergência jurisprudencial. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ:

Superior Tribunal de Justiça

"Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1695228/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.

1. O julgamento monocrático do recurso especial, com base em verbete sumular e na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, como ocorre na espécie, não constitui ofensa ao princípio da colegialidade, nos termos do art. 932, IV, "a", do CPC/2015 e da Súmula 568/STJ.

2. Consoante a pacífica jurisprudência desta Corte Superior, "o acolhimento do incidente de exceção de pré-executividade, mesmo que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal, dá ensejo à condenação na verba honorária proporcional à parte excluída do feito executivo" (AgRg no REsp 1.085.980/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/8/2009).

3. Considerando que a execução fiscal foi parcialmente extinta por meio de exceção de pré-executividade e diante da pouca complexidade da matéria, entendo adequados os honorários advocatícios fixados no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1228362/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 17/08/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento parcial ao recurso especial apenas para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que sejam arbitrados honorários sucumbenciais em favor do recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator